

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **AUDITORIA EM CONTAS MÉDICAS E HOSPITALARES**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## AUDITORIA EM CONTAS MÉDICAS E HOSPITALARES

<b>DISCIPLINA:</b> CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA EM SAÚDE
<b>RESUMO</b>
É de extrema importância que se conheçam quais os caminhos que o Sistema Único de Saúde (SUS) teve para chegar ao que temos hoje de tecnologia e avanços no cuidado da saúde da população. Para isso, devemos conhecer a história da saúde e os marcos e leis que instituíram a auditoria em saúde no SUS.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO INSTRUMENTOS DE GESTÃO OS SISTEMAS DE SAÚDE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS OS MODELOS DE ATENÇÃO À SAÚDE AS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE E AS LINHAS DE CUIDADO
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO OS INSTRUMENTOS DA REGULAÇÃO EM SAÚDE A POLÍTICA NACIONAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE OS COMPLEXOS REGULADORES DA ATENÇÃO À SAÚDE CONTRATUALIZAÇÃO
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO O CONTROLE DAS AÇÕES E SERVIÇOS EM SAÚDE O PROCESSO DA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE O DATASUS E OS OUTROS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO PILARES DA QUALIDADE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE FORMAS DE AVALIAÇÃO
<b>AULA 5</b> INTRODUÇÃO A AUDITORIA E SUA BASE LEGAL O PAPEL DO AUDITOR INSTRUMENTOS DE AUDITORIA A CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA
<b>AULA 6</b> INTRODUÇÃO A AUDITORIA ANALÍTICA E A OPERATIVA

TÉCNICAS DE AUDITORIA  
RELATÓRIOS DA AUDITORIA: AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
AUDITORIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma. Brasília, 22 maio 2019. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 399, de 22 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 23 fev. 2006. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399\\_22\\_02\\_2006.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html). Acesso em: 23 nov. 2020.
- Portaria n. 841, de 2 de maio de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 3 maio 2012b. Disponível em: 15 [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0841\\_02\\_05\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0841_02_05_2012.html). Acesso em: 23 maio 2020.

**DISCIPLINA:**

AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

**RESUMO**

Muitas vezes, o auditor é visto com maus olhos pela equipe contábil de grandes empresas, isso porque, culturalmente, a auditoria era aquela que vinha para apontar todo e qualquer problema ou erro contábil.

Atualmente, a realidade mudou um pouco, o auditor pode ser considerado fundamental para que as demonstrações contábeis das empresas tenham uma maior confiança entre os usuários, principalmente investidores.

O maior problema é que a auditoria é feita sempre por grandes empresas, seja por exigência de lei ou de investidores, mas o profissional pode auxiliar em qualquer tamanho de empresa, desde que o empresário queira que a sua contabilidade sirva de fato como uma ferramenta para tomada de decisão.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO À AUDITORIA  
NOÇÕES E NORMAS DE AUDITORIA  
AUDITORIA E A PROFISSÃO DO AUDITOR  
TIPOS DE AUDITORIA  
ÉTICA PROFISSIONAL E A RESPONSABILIDADE LEGAL DO AUDITOR

**AULA 2**

OBJETIVOS DA AUDITORIA  
PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA I  
RESPONSABILIDADE DO AUDITOR EM RELAÇÃO À FRAUDE  
EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA  
AMOSTRAGEM EM AUDITORIA

**AULA 3**

PROGRAMA DE TRABALHO  
CONFERÊNCIA DE CÁLCULOS E EXAME DA ESCRITURAÇÃO  
INVESTIGAÇÃO MINUCIOSA, INQUÉRITO, EXAME DOS REGISTROS AUXILIARES,  
CORRELAÇÃO E OBSERVAÇÃO

CONTROLE INTERNO INTRODUÇÃO E CONCEITO  
CONTROLE INTERNO OBJETIVOS E PROGRAMAS

**AULA 4**

PAPÉIS DE TRABALHO  
ORGANIZAÇÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO  
PROGRAMA E EXECUÇÃO DE AUDITORIA  
AUDITORIA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
AUDITORIA DAS CONTAS DE RESULTADO

**AULA 5**

AUDITORIA DAS CONTAS DO ATIVO CIRCULANTE  
AUDITORIA DAS CONTAS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE  
AUDITORIA DAS CONTAS DO PASSIVO  
AUDITORIA TRIBUTÁRIA  
AUDITORIA TRABALHISTA

**AULA 6**

EVENTOS SUBSEQUENTES  
IDENTIFICAÇÃO DE DISTORÇÃO RELEVANTE  
PARECER DE AUDITORIA  
PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E PARÁGRAFO DE ÊNFASE  
CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ADRIANO, S. Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados. São Paulo, Atlas, 2018.
- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2018.
- BRASIL. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm). Acesso em: 22 set. 2021.

**DISCIPLINA:**

**AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE**

**RESUMO**

Antes de conceituar o que é risco, necessitamos de uma reflexão: afinal de contas, o risco é algo negativo? A resposta é não: um risco pode tanto ter consequências negativas quanto positivas. Por exemplo, ao comprar um bilhete de loteria, você pode ter dois tipos de risco: ganhar ou não ganhar o prêmio, ou até ganhar parte do prêmio apostado. Portanto, você arriscou uma aposta. Da mesma maneira, investir uma certa quantia de dinheiro em ações podem resultar em lucro ou perda – ou seja, investir no mercado financeiro, mesmo para pessoas experientes, é uma operação de risco. Agora que você compreendeu que a consequência de um risco pode ser tanto positiva como negativa, podemos conceituá-lo de uma maneira geral.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

O CONCEITO DE RISCO  
ELEMENTOS DO RISCO  
RISCO CLÍNICO E RISCO NÃO CLÍNICO  
CONCEITO DE GESTÃO DE RISCOS

ELEMENTOS DA GESTÃO DE RISCOS

**AULA 2**

A LEGISLAÇÃO DE SAÚDE

O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE

NORMAS TÉCNICAS

NORMAS REGULAMENTADORAS

LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICADAS A RISCOS ESPECÍFICOS

**AULA 3**

GESTÃO DE RISCO ALINHADA À MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DAS ORGANIZAÇÕES

GRUPOS DE APOIO À GESTÃO DE RISCOS EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE

INDICADORES DE SAÚDE

ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

ELABORAÇÃO DE FLUXOGRAMA

**AULA 4**

O PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31000

PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA – CICLO PDCA/PDSA

ANÁLISE DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO

ANÁLISE SWOT/FOFA

MATRIZ DE RISCO

**AULA 5**

ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31010

O BRAINSTORMING NA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

ANÁLISE DE CENÁRIOS

ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO

ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO: CATEGORIAS DE CAUSAS

**AULA 6**

ANÁLISE DE CAUSA RAIZ

PROTOCOLO DE LONDRES

ANÁLISE BOWTIE

ANÁLISE FMEA/HFMEA

5W2H/4QS E 1POC

**BIBLIOGRAFIAS**

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 31000: Gestão de riscos - diretrizes. Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gestão de riscos e investigação de eventos adversos relacionados à assistência à saúde. Brasília: Anvisa, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 529, de 1. de abril de 2013. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 abr. 2013.

**DISCIPLINA:**

CONTROLE INTERNO, EXTERNO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

**RESUMO**

Nesta abordagem, compreenderemos a finalidade do Estado Federativo no Brasil, a estrutura da Administração Pública, as políticas públicas com o planejamento orçamentário, como também a gestão e a execução do orçamento público, no Brasil, os principais aspectos do Estado Federativo, sua atuação e sua importância, na prática.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ESTRUTURA BICRÁTICA

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE

A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO BRASIL

A EXECUÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

O CONTROLE INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AS ESPECIFICIDADES E OS PRINCÍPIOS DO CONTROLE

OS PRINCÍPIOS LEGAIS NORTEADORES DO CONTROLE

CONCEITO E PRINCÍPIOS DO CONTROLE INTERNO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO

MODELOS DE REFERÊNCIA PARA CONTROLE INTERNO

FUNÇÕES, OBJETIVOS E FINALIDADES DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

A LEGISLAÇÃO ACERCA DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

O CONCEITO DA METODOLOGIA DE QUALIDADE DO PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

AS ETAPAS DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

A ORIGEM E METODOLOGIA COSO DE CONTROLE INTERNO

OS OBJETIVOS DA METODOLOGIA COSO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

A RELAÇÃO E A INTERAÇÃO ENTRE AUDITORIA E CONTROLADORIA

AUDITORIA GOVERNAMENTAL INTERNA E EXTERNA

LIMITES NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O PLANEJAMENTO NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

O CONTROLE EXERCIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E PELA SOCIEDADE

A TRANSPARÊNCIA E O ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO DOS

<b>RECURSOS PÚBLICOS</b> <b>A GOVERNANÇA E CONTROLE NA GESTÃO PÚBLICA</b>
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• FRANÇA, P. G. Controle da Administração Pública: combate à corrupção, discricionariedade administrativa e regulação econômica. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Saraiva, 2016.</li><li>• GONÇALVES, G. C. Auditoria no setor público. Revisão: Rodrigo Cristiano Diehl. Porto Alegre: Sagah, 2019.</li><li>• GRAU, E. R. O direito posto e o direito pressuposto. São Paulo: Malheiros, 2011.</li></ul>

<b>DISCIPLINA:</b> <b>CONTROLADORIA</b>
<b>RESUMO</b>
Nos últimos anos, muitos estudos têm se dedicado a explorar os principais aspectos da controladoria, no entanto você deve estar se perguntando como ela surgiu. Você conhece a história da controladoria? A origem da controladoria está ligada de forma direta ao processo de evolução dos meios sociais e de produção que ocorreram com a Revolução Industrial (desde o século XVIII). Dentre os fatores responsáveis pela origem da controladoria, cita-se: “Aumento em tamanho e complexidade das organizações; globalização física das empresas; crescimento nas relações governamentais com negócios das companhias; aumento no número de fontes de capital” (Schmidt; Santos; Martins, 2014, p. 1). O primeiro fator é talvez um dos mais impactantes no modelo de gestão das organizações: as grandes empresas passaram por diversas modificações no que tange a sua estrutura, devido às mudanças nos processos de produção estimuladas pela Revolução Industrial. Com ela, a natureza dos negócios mudou, surgiram grandes empresas, e, com a construção da estrada de ferro nos Estados Unidos (século XIX), tornou-se possível o aumento da produtividade devido ao aumento da demanda de produtos (Schmidt; Santos; Martins, 2014). Assim, com o aumento físico das empresas, juntamente com a ampliação da demanda, houve a necessidade de criação de mecanismos de acompanhamento e gestão dessas novas instituições.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO CONTROLADORIA PAPEL DA CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO CONTROLADORIA COMO ÓRGÃO EMPRESARIAL RAMO DE CONHECIMENTO E O PROFISSIONAL DE CONTROLADORIA
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO ESTILO DE GESTÃO PROCESSO DE GESTÃO E MODELO DE DECISÃO MODELO DE INFORMAÇÃO MODELO DE MENSURAÇÃO
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO CONTABILIDADE GERENCIAL CONTABILIDADE FINANCEIRA CONTABILIDADE, FISCO E LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E A ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICADORES  
ECONÔMICO-FINANCEIROS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

VANTAGEM DO USO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

LIMITAÇÕES DO ORÇAMENTO

PLANEJAMENTO ECONÔMICO

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

PLANEJAMENTO DE CAPITAL

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM CONTROLADORIA

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL (SIGE)

ASPECTOS GERAIS DE BALANCED SCORECARD

**BIBLIOGRAFIAS**

- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LUNKES, R. J. Contabilidade gerencial – um enfoque na tomada de decisão. Florianópolis: Visual Books, 2007.
- MORANTE, A. S.; JORGE, F. T. Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2008.

**DISCIPLINA:**

AUDITORIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

**RESUMO**

O processo de auditoria no Sistema Único de Saúde tem por objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados (Melo; Vaitsman, 2008). Nesta primeira aula abordaremos dois aspectos fundamentais da auditoria em saúde: a avaliação e o diagnóstico.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

HISTÓRICO DA AUDITORIA NO SUS

AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO NO SUS

EVOLUÇÃO DA GESTÃO DA QUALIDADE NA ÁREA DA SAÚDE

PRINCIPAIS METODOLOGIAS DE GESTÃO DA QUALIDADE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

**AULA 2**

**INTRODUÇÃO**

EXECUÇÃO: AUDITORIA OPERACIONAL (OPERATIVA) E ANALÍTICA  
CONDUÇÃO: PROSPECTIVA, CONCORRENTE OU RETROSPECTIVA  
FORMA DE CONDUÇÃO: CONTÍNUA OU PERIÓDICA  
MEIO DE INTERVENÇÃO: INTERNA OU EXTERNA

**AULA 3**

**INTRODUÇÃO**

EFICÁCIA DA AUDITORIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
EFETIVIDADE DA AUDITORIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
SUSTENTABILIDADE DA AUDITORIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
ATIVIDADES LEGAIS E COMPETÊNCIAS DO AUDITOR

**AULA 4**

**INTRODUÇÃO**

INDICADORES DE QUALIDADE EM SAÚDE  
INDICADORES DE ESTRUTURA  
INDICADORES DE PROCESSO  
INDICADORES DE RESULTADO

**AULA 5**

**INTRODUÇÃO**

ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE ACREDITAÇÃO - ONA  
PROGRAMA DE COMPROMISSO COM A QUALIDADE HOSPITALAR - CQH  
ACCREDITATION CANADA INTERNATIONAL (ACI)  
DESAFIOS AO ALCANCE DA ACREDITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

**AULA 6**

**INTRODUÇÃO**

PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA (PMAQ-AB)  
TUTORIA E A CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO PARANÁ  
PROGRAMA PREVINE BRASIL E O NOVO FOCO DE AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE  
AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MATTA, G. C. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde. 2007. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/39223/2/Pol%C3%ADticas%20de%20Sa%C3%BAde%20-%20Princ%C3%ADpios%20e%20Diretrizes%20do%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2021.
- MELO, M. B.; VAITSMAN, J. Auditoria e avaliação no Sistema Único de Saúde. São Paulo em perspectiva, v. 22, p. 152-64, 2008.

**DISCIPLINA:**

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE

**RESUMO**

Para falar de políticas públicas de saúde, é de fundamental importância que estudemos a origem do cuidado, as motivações para que ele aconteça e como a responsabilidade do cuidado se estabeleceu de forma oficial, tornando-se uma tarefa do estado, até que se expressasse na forma como conhecemos e denominamos hoje de políticas públicas de saúde. Vivemos, atualmente, uma onda de questionamentos a esse respeito em razão das recentes ondas migratórias, sobretudo de pessoas empobrecidas pelas guerras ou catástrofes, que buscam desesperadamente por outros locais onde possam viver com um pouco mais de segurança. As sociedades mais desenvolvidas no contexto social se manifestam de diversas maneiras, ora acolhendo, ora rejeitando os refugiados. No meio desta ambivalência de sentimentos, repete-se a pergunta que vem sendo feita desde os primórdios da organização da sociedade: De quem é a tarefa de cuidar? Esta disciplina nos levará a uma melhor compreensão das prioridades estabelecidas pelos governos e também como podemos contribuir para um cuidado melhor executado e mais justo.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O CUIDADO COM OS MAIS FRÁGEIS E VULNERÁVEIS  
O CUIDADO POR RAZÕES RELIGIOSAS E HUMANITÁRIAS  
RAZÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS  
RAZÕES ECONÔMICAS PARA O CUIDADO  
COMO EXERCER O CUIDADO?

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

O VAZIO ASSISTENCIAL  
SANITARISMO CAMPANHISTA  
PERÍODO MÉDICO ASSISTENCIAL PRIVATISTA  
O INAMPS  
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE  
A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA  
ESFS RIBEIRINHAS E FLUVIAIS  
ESF PARA AS POPULAÇÕES EXTREMAMENTE VULNERÁVEIS  
A NOVA PNAB E O DESAFIO DE QUALIFICAÇÃO DA APS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

FORMATAÇÃO LEGAL DO SISTEMA  
NOB 96 – O SUS MUNICIPAL  
NOAS: 2002  
O PACTO PELA SAÚDE DE 2006  
OS TRÊS PILARES DO PACTO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

OS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM)  
REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL  
REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA  
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CRIANÇA  
CONTROLE DO HIV/AIDS

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO

O QUE É PROMOÇÃO DE SAÚDE?

A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A EQUIDADE

A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A FORMAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO

A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A CULTURA DA PAZ

A PROMOÇÃO DE SAÚDE NO BRASIL

#### **BIBLIOGRAFIAS**

- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. Determinantes Sociais de Saúde. Physis: Rev. Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, p. 77-93, Rio de Janeiro, 2007.
- LÍNGUA Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$roda-dos-enjeitados](http://www.infopedia.pt/$roda-dos-enjeitados). Acesso em: 14 maio 2018.
- NASCIMENTO, A. A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789- 1832). São Paulo: Annablume; FINEP, 2008.

#### **DISCIPLINA:**

AUDITORIA MÉDICA EM SAÚDE

#### **RESUMO**

No senso comum, a auditoria tem um caráter meramente punitivo. Ela sofre discriminação dos profissionais da área assistencial. Contudo, é necessário ampliar horizontes, pois a auditoria pode dificultar e impedir fraudes e inconformidades, como compras inadequadas de insumos, seleção e capacitação de pessoal sem critérios e pagamentos inconsistentes, diminuindo ou excluindo possíveis perdas e danos individuais ou coletivos. Podemos assim imaginar um sistema de saúde sem auditoria? Como seria esse sistema?

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO

AUDITORIA & MEDICINA: PERCURSO HISTÓRICO

A AUDITORIA EM SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

A AUDITORIA MÉDICA NO SISTEMA DE SAÚDE PRIVADO

AMPLIANDO CONCEITOS

AUDITORIA CLÍNICA

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO

NOÇÕES LEGAIS PARA OS PARECERES MÉDICOS DE AUDITORIA

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A SAÚDE

A LEGISLAÇÃO, O SUS E A AUDITORIA MÉDICA

A LEGISLAÇÃO, A INICIATIVA PRIVADA E A AUDITORIA MÉDICA

ÉTICA E AUDITORIA MÉDICA

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
INSTRUMENTOS ESSENCIAIS DA AUDITORIA MÉDICA  
INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS UTILIZADOS NO SUS  
SISTEMAS ESTRATÉGICOS UTILIZADOS NA SAÚDE SUPLEMENTAR  
GLOSAS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
CUSTOS DA SAÚDE X CIÊNCIA  
A MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS (MBE): ELEMENTOS ESTRUTURANTES  
TECNOLOGIAS EM SAÚDE: AVALIAÇÃO  
TECNOLOGIAS EM SAÚDE: (DES)INCORPORAÇÃO  
BASE DE DADOS DE PESQUISA DE MAIOR RELEVÂNCIA PARA A MBE

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
EXECUÇÃO DE AUDITORIA COM ÊNFASE NO AMBIENTE HOSPITALAR  
AUDITORIA PROSPECTIVA, PRÉVIA OU PREVENTIVA  
AUDITORIA OPERACIONAL OU CONCORRENTE  
AUDITORIA RETROSPECTIVA OU DE REVISÃO DE CONTAS  
MODELOS DE FORMULÁRIO E ORIENTAÇÕES

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
O (IN)EVITÁVEL CUSTO DA SAÚDE  
DESPERDÍCIO EM SAÚDE: UM MAL A COMBATER  
QUALIDADE E SEGURANÇA ASSISTENCIAL E A AUDITORIA MÉDICA  
MELHOR SAÚDE COM MENOR CUSTO  
ORGANIZAÇÕES ESTRATÉGICAS EM QUALIDADE E SEGURANÇA DO PACIENTE

**BIBLIOGRAFIAS**

- JUNQUEIRA, W. N. G. Auditoria médica em perspectiva: presente e futuro de uma nova especialidade. Criciúma: Edição do Autor, 2001.
- LUZ, A.; MARTINS, A. P.; DYNEWICZ, A. M. Características de anotações de enfermagem encontradas em auditoria. Rev Eletrônica Enferm, v. 9, n. 2, p. 344- 61, 2007.
- MELO, M. B. de; VAITSMAN, J. Auditoria e avaliação no Sistema Único de Saúde. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 152–164, 2008. Disponível em: [http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v22n01/v22n01\\_11.pdf](http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v22n01/v22n01_11.pdf). Acesso em: 28 set. 2018.

**DISCIPLINA:**  
LICITAÇÕES E CONTRATOS

**RESUMO**

A licitação pública se apresenta como um dos principais temas do direito administrativo, pois nada mais é do que um dos caminhos aptos a estabelecer relação entre a Administração Pública e os particulares. Representa, igualmente, o procedimento regular e prévio destinado à contratação pública, objetivando, igualmente, a seleção da proposta

mais vantajosa ao Estado. Nesta aula, serão abordados os diferentes objetos capazes de integrar o procedimento licitatório, assim como os pressupostos que servem de base para a efetiva instauração do certame, com a exposição das principais previsões legais acerca desse tema, elucidando-se a regulamentação da licitação pública no Brasil. Não há como tratar o tema licitação pública sem que se entendam as razões pelas quais esse instituto de direito administrativo foi criado. Isto é, não se pode tão somente conhecer a regulamentação pertinente e o conjunto de atos coordenados que constitui o procedimento licitatório, mas é fundamental que se compreendam as razões pelas quais o Estado efetivamente licita. Por quais razões a contratação pública, em regra, é precedida da licitação?

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO  
AS RAZÕES DE LICITAR  
PRESSUPOSTOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA  
OBJETO DA LICITAÇÃO  
ORDENAMENTO JURÍDICO

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO  
PRINCÍPIOS: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA  
PRINCÍPIOS: PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO  
PRINCÍPIOS: VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO  
PRINCÍPIOS: JULGAMENTO OBJETIVO E DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO  
MODALIDADES: CONVITE, CONCURSO E LEILÃO  
LICITAÇÕES EXTRAVAGANTES À LEI GERAL DE LICITAÇÕES  
PECULIARIDADES APLICADAS A MODALIDADES  
TIPOS DE LICITAÇÃO

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO  
ETAPA EXTERNA: DIVULGAÇÃO DO EDITAL  
FASE DE HABILITAÇÃO  
JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PARTICULARIDADES DO PREGÃO, DA TOMADA DE PREÇOS E DO CONVITE

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: CARACTERÍSTICAS  
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: OBRAS E SERVIÇOS  
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: FORNECIMENTO OU COMPRA  
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E DE CONCESSÃO E PERMISSÃO

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO: CLÁUSULAS EXORBITANTES

CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO E ANULAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXTINÇÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- CARVALHO FILHO, J. S. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009.
- FURTADO, L. R. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- JUSTEN FILHO, M. Curso de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DE PESSOAS EM ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES

**RESUMO**

Quando falamos em organizações, falamos, de algum modo, das pessoas que as compõem, que as representam e as personalizam, de acordo com sua visão de mundo, pela maneira como se comportam, executam suas atividades, fazem seus negócios, se relacionam com seus clientes e fazem a estrutura física funcionar. Há que se considerar que a variação dessas dimensões é diretamente proporcional às políticas externas de mercado e às diretrizes internas peculiares de cada organização. De modo geral, gerir recursos humanos em hospitais não apresenta diferenças em relação a outros tipos organizações, mas há peculiaridades que carecem do olhar mais atento do gestor, pois trata-se de uma tarefa singular e absolutamente estratégica para o sucesso da organização. As condições do mercado de saúde, particularmente no contexto hospitalar, indicam uma deficiência na atração e na manutenção de bons profissionais, o que resulta em desperdícios diversos e grandes prejuízos. Esta disciplina pretende servir como uma peça auxiliadora nesse imenso quebra-cabeça chamado gestão hospitalar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
FASES EVOLUTIVAS DA ÁREA DE RH  
ASPECTOS CONCEITUAIS DA GESTÃO DE PESSOAS  
PROCESSOS DA GESTÃO DE PESSOAS  
GESTÃO DE PESSOAS EM HOSPITAIS

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
SELEÇÃO  
REMUNERAÇÃO  
PROGRAMA DE GESTÃO DE CARGOS  
PROGRAMA DE BENEFÍCIOS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
PROCESSOS DE TREINAMENTO  
CLASSIFICAÇÃO DO TREINAMENTO QUANTO AO LOCAL DE REALIZAÇÃO  
DESENVOLVIMENTO  
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
SEGURANÇA DO TRABALHO  
NORMAS REGULAMENTADORAS RELACIONADAS À SEGURANÇA DO TRABALHO  
RISCOS OCUPACIONAIS  
DOENÇAS OCUPACIONAIS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS E A GESTÃO DE PESSOAS – PARTE 1  
O GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS E A GESTÃO DE PESSOAS – PARTE 2  
A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E A GESTÃO DE PESSOAS  
ÉTICA EM SERVIÇOS DE SAÚDE

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
INDICADORES NA GESTÃO DE PESSOAS – PARTE 1  
INDICADORES NA GESTÃO DE PESSOAS – PARTE 2  
A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E A GESTÃO DE PESSOAS  
DESAFIOS NA GESTÃO DE PESSOAS EM HOSPITAIS

**BIBLIOGRAFIAS**

- MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MENDES, I. A.; MARZIALE, M. H. P. Década de Recursos Humanos em saúde: 2006-2015. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 1-2,

jan./fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n1/v14n1a01>. Acesso em: 28 fev. 2019.

- MORICI, M. C. Recursos humanos em hospitais do sistema único de saúde: entre a assistência e a gestão. Dissertação (Mestrado) – Faculdade De Ciências Econômicas, Departamento De Ciências Administrativas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

**DISCIPLINA:**  
AUDITORIA DE SISTEMAS

**RESUMO**

A Auditoria e os Sistemas de Informação estão em constante atualização em busca de melhores resultados, preocupando-se atualmente com os processos de negócio e com os Sistemas de Informação que os suportam, baseando-se numa abordagem ao risco. Como consequência desta evolução, deve-se verificar também uma indissociável evolução no Modelo de Competências dos profissionais de Auditoria, além da identificação de atividades específicas de Auditoria de Sistemas de Informação prevista em três referenciais de Sistemas de Informação (CobiT, ITIL e ISO 17799/27002) e a utilização dos conceitos de Gestão de Projetos aplicados na Gestão das Auditorias de Sistemas de Informação.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO  
OS OBJETIVOS DA AUDITORIA  
AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)  
ROTEIRO E PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO  
PROCEDIMENTOS: ETAPAS DA AUDITORIA

**AULA 2**

DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA  
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA  
AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)  
AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR DE SI  
AS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO VERSUS AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

**AULA 3**

O PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DE SISTEMAS  
OS DETALHES DO PLANEJAMENTO  
A CRIAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA  
ANÁLISE E DEFINIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE  
PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

**AULA 4**

FUNDAMENTOS DE CONTROLES INTERNOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES  
CONTROLES INTERNOS EM TI: PRINCÍPIOS, FINALIDADES E OBJETIVOS  
TIPOS DE CONTROLES INTERNOS  
AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS DE SI  
ANÁLISE DE RISCO NA AVALIAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

**AULA 5**

COMPLIANCE

NORMAS, GUIAS E PROCEDIMENTOS  
COBIT  
ITIL  
NORMA ISO 17799

**AULA 6**

FERRAMENTAS DE AUDITORIA  
FERRAMENTAS GENERALISTAS  
FERRAMENTAS ESPECIALIZADAS  
FERRAMENTAS DE UTILIDADE GERAL  
SOFTWARES DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE FUNCIONÁRIOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- IMONIANA, J. O. Auditoria de sistemas de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- INFORMATION SYSTEMS AUDIT AND CONTROL ASSOCIATION. COBIT 5, Estados Unidos, 2015. Disponível em: <http://www.isaca.org/COBIT/Pages/COBIT-5-portuguese.aspx>. Acesso em: 9 maio 2017.
- LYRA, Maurício R. Governança da segurança da informação. Brasília, 2015.